

DIREITO CIVIL

1. Personalidade jurídica.

- I - Capacidade de exercício é a aptidão do indivíduo para, pessoalmente, adquirir direitos e contrair obrigações.
- II - O nascituro, embora tenha proteção legal, não possui personalidade jurídica.
- III - A existência da pessoa natural termina com a morte. Excepcionalmente, pode ser declarada a morte presumida sem a decretação de ausência.
- IV - É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas as opções I e II estão corretas;
- c) apenas as opções II e III estão corretas;
- d) apenas as opções I e IV estão corretas;
- e) todas as opções estão incorretas.

2. Possui domicílio necessário, EXCETO:

- a) o incapaz;
- b) o servidor público;
- c) o preso;
- d) o marítimo;
- e) o comerciante.

3. Pessoas jurídicas.

- I - Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- II - A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- III - As associações constituem-se numa união de pessoas organizadas para fins econômicos ou não econômicos.
- IV - Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado. Serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;

- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

4. Bens.

- I - Considerando que bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável do valor, ou prejuízo do uso a que se destinam, conclui-se que os bens naturalmente divisíveis não podem se tornar indivisíveis pela vontade das partes.
- II - O direito a sucessão aberta e as energias que tenham valor econômico são considerados bens imóveis para efeitos legais.
- III - Os bens públicos podem ser classificados em bens públicos de uso comum, de uso especial e dominicais. Todos são inalienáveis, porém, os dominicais são suscetíveis de usucapião.
- IV - São consideradas benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem, ainda que sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas as opções II e III estão corretas;
- c) apenas as opções I e III estão corretas;
- d) apenas a opção I está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

5. Assinale a alternativa em que NÃO PODERÁ ser penhorado o bem de família.

- a) em razão da cobrança da contribuição previdenciária decorrente de créditos dos trabalhadores da própria residência;
- b) por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação;
- c) pelo credor de pensão alimentícia;
- d) para pagamento de indenização decorrente de danos causados em acidente de veículo;
- e) para a cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar.

6. Prescrição e decadência.

- I - O impedimento e a suspensão da prescrição fazem cessar, temporariamente, o curso do prazo prescricional, o qual, desaparecida a causa de impedimento ou suspensão, voltará a correr, computando-se o tempo anteriormente transcorrido.

- II - Contra as pessoas absolutamente incapazes não corre a prescrição.
- III - Os prazos prescricionais podem ser alterados por acordo entre as partes, desde que a avença seja formulada antes da consumação da prescrição.
- IV - A prescrição ocorre em vinte anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas as opções I e III estão corretas;
- c) apenas as opções I e II estão corretas;
- d) apenas as opção IV está incorreta;
- e) todas as opções estão incorretas.

7. São requisitos de validade do negócio jurídico.

- a) agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei;
- b) interesse de agir, legitimidade de parte e possibilidade jurídica do pedido;
- c) partes, pedido e causa de pedir;
- d) licitude do objeto, legitimidade da parte e capacidade do agente;
- e) capacidade do agente, interesse de agir e pedido.

8. Defeitos e modalidades dos negócios jurídicos.

- I - A lesão é um defeito do negócio jurídico e ocorre quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da contraprestação oposta.
- II - Diferencia-se a condição do termo, na medida em que a primeira subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto, enquanto o termo será sempre certo.
- III - É proibida a celebração de negócio jurídico com condição puramente potestativa.
- IV - Reputa-se verificada, quando aos efeitos jurídicos, a condição cujo implemento for maliciosamente obstado pela parte a quem desfavorecer, considerando-se, ao contrário, não verificada a condição maliciosamente levada a efeito por aquele a quem aproveita o seu implemento.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;

- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

9. Teoria geral das obrigações.

- I - Concentração é o nome dado ao ato do devedor de identificação do objeto nas obrigações de dar coisa incerta e obrigações alternativas.
- II - O vínculo jurídico da relação obrigacional, em seu aspecto patrimonial, pode ser bipartido em débito (*debitum*) e responsabilidade (*obligatio*). Embora possa existir responsabilidade sem o débito, jamais poderá existir o débito sem a responsabilidade.
- III - Nas obrigações *propter rem*, também chamadas de obrigações reais, o abandono da coisa, necessariamente, extinguirá a obrigação.
- IV - São fontes das obrigações o contrato e a declaração unilateral de vontade. O ato ilícito, embora gere o dever de indenizar, não pode ser considerado uma fonte de obrigação, pois a participação do credor é involuntária.

Responda:

- a) apenas as opções I e II estão corretas;
- b) apenas as opções I e III estão corretas;
- c) apenas as opções II e IV estão corretas;
- d) apenas a opção I está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

10. Obrigações.

- I - Na obrigação de dar coisa incerta, se nada foi estipulado no contrato, a escolha pertence ao credor.
- II - Na obrigação de dar coisa certa se a coisa se perder por culpa do devedor, resolve-se a obrigação.
- III - Na obrigação alternativa, se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexecutível, fica automaticamente extinto o débito.
- IV - Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à dívida toda.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;

- e) todas as opções estão incorretas.

11. No tocante ao pagamento, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o pagamento, ainda que de boa-fé, feito a credor putativo é nulo, se provado depois que não era credor;
- b) qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor;
- c) o credor não poderá recusar o recebimento de prestação diversa da devida, se a oferecida pelo devedor for mais valiosa;
- d) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias;
- e) Salvo disposição legal em contrário, não tendo sido ajustada época para o pagamento, o credor poderá exigí-la no prazo de trinta dias após a notificação do devedor.

12. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) para poder exercitar o direito que da evicção lhe resulta, o adquirente notificará do litígio o alienante imediato, ou qualquer dos anteriores, quando e como lhe determinarem as leis do processo;
- b) podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção;
- c) a cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior, pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora;
- d) quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor;
- e) a exigência da cláusula penal far-se-á mediante prova do prejuízo pelo inadimplemento total ou parcial da obrigação.

13. Sobre a retrovenda, assinale a alternativa CORRETA.

- a) aplica-se, exclusivamente, a bens móveis;
- b) o direito de retrato não poderá ser exercido contra terceiro adquirente;
- c) o prazo máximo para o exercício do direito de retrato é três anos;
- d) as benfeitorias necessárias realizadas pelo comprador, ainda que mediante autorização escrita do vendedor, não serão indenizadas;
- e) o direito de retrato não se transmite aos herdeiros e legatários.

14. Contrato de empreitada.

- I - O empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela só com seu trabalho ou com ele e os materiais. No primeiro caso, pode ser empreiteira tanto a pessoa natural quanto a pessoa jurídica. No segundo caso, somente a pessoa jurídica pode assumir a condição de empreiteira.

- II - O empreiteiro é obrigado a pagar os materiais que recebeu, se por imperícia ou negligência os inutilizar.
- III - Se o empreiteiro só forneceu mão-de-obra, todos os riscos em que não tiver culpa correrão por conta do dono.
- IV - Concluída a obra de acordo com o ajuste, ou o costume do lugar, o dono é obrigado a recebê-la. Poderá, porém, rejeitá-la, se o empreiteiro se afastou das instruções recebidas e dos planos dados, ou das regras técnicas em trabalho de tal natureza.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas as opções I e II estão corretas;
- c) apenas as opções II e III estão corretas;
- d) as opções II, III e IV estão corretas;
- e) todas as opções estão incorretas.

15. Transação.

- I - Só quanto a direitos patrimoniais de caráter privado se permite a transação.
- II - A transação interpreta-se restritivamente, e por ela não se transmitem, apenas se declaram ou reconhecem direitos.
- III - A transação concernente a obrigações resultantes de delito não extingue a ação penal pública.
- IV - A transação não aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervierem ainda que diga respeito a coisa indivisível.

Responda:

- a) todas as opções estão corretas;
- b) apenas três opções estão corretas;
- c) apenas duas opções estão corretas;
- d) apenas uma opção está correta;
- e) todas as opções estão incorretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. Examine as proposições dadas, apontando abaixo a alternativa CORRETA. Considera-se atentatório à dignidade da justiça o ato do devedor que:

- I - frauda os credores.
- II - frauda a execução.

- III - resiste injustificadamente às ordens judiciais.
- IV - não indica ao juiz onde se encontram os bens sujeitos à execução.

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas a proposição I está incorreta;
- c) Apenas a proposição II está incorreta;
- d) Apenas a proposição III está incorreta;
- e) Apenas a proposição IV está incorreta;

17. Dadas as proposições, com base nas Súmulas do STJ, aponte a alternativa CORRETA:

- I - O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, de forma monocrática, não alcança o reexame necessário.
 - II - O sistema de “protocolo integrado” não se aplica aos recursos dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça.
 - III - Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.
 - IV - A reconvenção é cabível na ação monitória, após a conversão do procedimento em ordinário.
- a) Todas as proposições estão corretas;
 - b) Apenas a proposição I está incorreta;
 - c) Apenas a proposição II está incorreta;
 - d) Apenas a proposição III está incorreta;
 - e) Apenas a proposição IV está incorreta;

18. Aponte a alternativa CORRETA:

- a) Conta-se o prazo para a interposição de recurso da data em que a sentença é publicada no órgão oficial, salvo quanto aos advogados com domicílio fora da sede do juízo;
- b) Em se tratando de nulidade absoluta não se aplica a regra: “a nulidade dos atos processuais deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão”;
- c) É facultativa a intervenção do Ministério Público nas causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte, mas obrigatória naquelas em que há interesse de incapaz;
- d) O prazo para resposta começa a correr, quando houver vários réus, da data em que tiver sido cumprida a última citação, salvo quanto aos litisconsortes citados por edital;
- e) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.

19. Ao procurar o réu para citá-lo, o oficial de justiça verificou que ele, com 18 anos de idade e solteiro, era demente; certificou o fato e devolveu o mandado. Diante desse fato, o Juiz:

- a) nomeará curador a lide para receber a citação, ficando incumbido de proceder a defesa do réu;
- b) determinará a citação do réu na pessoa do pai ou, se for o caso, em nome de outro parente próximo;
- c) nomeará um médico para examiná-lo e apresentar relatório;
- d) suspenderá o processo, concedendo prazo razoável para ser sanado o defeito. Vencido o prazo concedido, sem que a providência seja tomada, será tido como revel;
- e) nomeará advogado dativo que ficará responsável pela defesa e pelos atos posteriores da causa.

20. Dadas as proposições, aponte abaixo a alternativa CORRETA:

- I - Os recursos extraordinário e especial serão recebidos apenas no efeito devolutivo.
 - II - Admitidos os recursos extraordinário e especial, os autos serão remetidos inicialmente ao Superior Tribunal de Justiça.
 - III - As medidas cautelares caracterizam-se pela fungibilidade, podendo o juiz conceder medida diversa daquela pedida pelo autor, sempre que esta lhe pareça mais adequada às circunstâncias do caso concreto.
 - IV - Se o recurso estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, o relator poderá negar-lhe seguimento; mas só poderá dar-lhe provimento se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.
- a) Todas as proposições estão corretas;
 - b) Apenas as proposições II e IV estão incorretas;
 - c) Apenas a proposição II está incorreta;
 - d) Apenas a proposição III está incorreta;
 - e) Apenas a proposição IV está incorreta;

21. É CORRETO afirmar que se visa, na ação declaratória incidental:

- a) decidir questão prejudicial, com força de coisa julgada;
- b) decidir incidente processual atinente à demanda principal;
- c) ao conhecimento de questão prejudicial envolvendo as partes litigantes;
- d) resolver questões preliminares suscitadas na contestação;
- e) as alternativas “b” e “c” estão corretas.

22. Feita a denúncia da lide pelo réu, se o denunciado for revel:

- a) o processo prosseguirá entre o autor, de um lado, e de outro, como litisconsortes, o denunciante e o denunciado;
- b) o processo prosseguirá entre o autor, de um lado, e de outro, o denunciado;
- c) cumprirá ao denunciante prosseguir na defesa até final;
- d) haverá o julgamento conforme o estado do processo;
- e) haverá o julgamento antecipado da lide.

23. “X”, em 12/11/2004, ajuizou ação de consignação em pagamento contra “Y”, a qual fora distribuída para a 20ª Vara Cível da Comarca de Cacoal-RO. O despacho ordenatório da citação de “Y” foi proferido em 14/11/2004, sendo ele citado em 20/12/2004. Contudo, “Y”, igualmente, ajuizou perante a 10ª Vara Cível da referida Comarca ação objetivando rescindir o contrato que deu azo àquela demanda. A ação proposta por “Y” fora ajuizada em 18/11/2004 e o despacho ordenatório de citação proferido em 25/11/2004, sendo “X” citado em 12/12/2004. Havendo conexão entre as duas demandas, deverão ser reunidas para julgamento conjunto perante a:

- a) 20ª Vara Cível, que está preventa, pois o despacho que determinou a citação ocorreu em primeiro lugar;
- b) 10ª ou 20ª Vara Cível, dependendo de qual o juiz acolha a alegação de conexão em primeiro lugar;
- c) 20ª Vara Cível, que está preventa, por força da continência;
- d) 10ª Vara Cível, que está preventa, pois a citação naquele processo ocorreu em primeiro lugar;
- e) 20ª Vara Cível, que está preventa, pois a ação foi para ela distribuída em primeiro lugar.

24. Na ação monitória, os embargos:

- a) serão oferecidos no prazo de 15 dias, suspendem a eficácia do mandado inicial, independentemente de prévia segurança do juízo e serão processados nos próprios autos pelo procedimento ordinário;
- b) serão oferecidos no prazo de 10 dias, suspendem a eficácia do mandado inicial, independentemente de prévia segurança do juízo e serão processados nos próprios autos pelo procedimento ordinário ou sumário, dependendo do valor atribuído à causa;
- c) serão oferecidos no prazo de 15 dias, suspendem a eficácia do mandado inicial, independentemente de prévia segurança do juízo e serão processados em apenso pelo procedimento ordinário ou sumário, dependendo do valor atribuído à causa;
- d) serão oferecidos no prazo de 15 dias, a contar da garantia prévia do juízo, suspendem a eficácia do mandado inicial e serão processados nos próprios autos pelo procedimento sumário ou ordinário, dependendo do valor da causa;
- e) serão oferecidos no prazo de 10 dias, suspendem a eficácia do mandado inicial, independentemente de prévia segurança do juízo e serão processados em apenso pelo procedimento ordinário ou sumário, dependendo do valor dado à causa.

25. Dadas as proposições, aponte abaixo a alternativa CORRETA:

- I - Na ação revocatória, incumbe ao autor provar o *consilium fraudis* e o *eventus damni*, requisitos necessários para demonstrar-se que o negócio jurídico foi realizado em fraude contra credores.
 - II - A remição da execução consiste no direito conferido ao cônjuge, ao descendente ou ao ascendente do devedor de pagar ou consignar a importância devida, antes de arrematados ou adjudicados os bens que estão penhorados, e não se confunde com a remição de bens, que é o direito conferido ao devedor de resgatar os bens penhorados mediante o pagamento do valor de avaliação, nem tampouco se confunde com a remissão de dívida, que é o perdão concedido pelo credor ao devedor.
 - III - Na execução para entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, o devedor será citado para, dentro de 10 dias, satisfazer a obrigação ou, seguro o juízo, apresentar embargos.
 - IV - Na execução fiscal admite-se a penhora de bens oferecidos por terceiros, desde que haja a concordância da Fazenda Pública.
- a) Todas as proposições estão corretas;
 - b) Apenas a proposição I está incorreta;
 - c) Apenas a proposição II está incorreta;
 - d) Apenas a proposição III está incorreta;
 - e) Apenas a proposição IV está incorreta;

26. Dadas as proposições, aponte abaixo a alternativa CORRETA:

- I - É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel, ainda que desprovido do registro.
 - II - na execução fiscal, o executado será citado para, em cinco dias, pagar a dívida e os acessórios, sendo que o prazo para a oposição de embargos é de trinta dias contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou da intimação da penhora.
 - III - Não transitam em julgado as decisões proferidas em processo cautelar, salvo se versarem sobre prescrição ou decadência de direito ligado ao processo principal.
 - IV - Nas relações continuativas, sobrevindo modificação no estado de fato ou de direito, é possível a alteração do provimento jurisdicional anteriormente obtido.
- a) Todas as proposições estão corretas;
 - b) Apenas a proposição I está incorreta;
 - c) Apenas a proposição II está incorreta;
 - d) Apenas a proposição III está incorreta;
 - e) Apenas a proposição IV está incorreta;

27. Dadas as proposições, com base nas Súmulas do STJ, aponte a alternativa CORRETA:

- I - O contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado de extrato da conta corrente, não é título executivo.
 - II - É definitiva a execução de título extrajudicial, ainda que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos, nos termos de Súmula do STJ.
 - III - É cabível execução por título extrajudicial contra a fazenda pública.
 - IV - A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.
- a) Todas as proposições estão corretas;
 - b) Apenas a proposição I está incorreta;
 - c) Apenas a proposição II está incorreta;
 - d) Apenas a proposição III está incorreta;
 - e) Apenas a proposição IV está incorreta;

28. Assinale a alternativa CORRETA. No Processo Civil:

- a) a decisão que indefere de imediato a petição inicial tem natureza de sentença terminativa, comporta apelação e poderá ensejar a retratação pelo juízo “*a quo*”;
- b) a decisão que indefere de imediato a petição inicial tem natureza de sentença definitiva, comporta apelação e poderá ensejar a retratação pelo juízo “*a quo*”;
- c) a decisão que indefere de imediato a petição inicial tem natureza de sentença definitiva, comporta apelação e não poderá ensejar a retratação pelo juízo “*a quo*”;
- d) a decisão que indefere de imediato a petição inicial tem natureza de sentença terminativa, comporta apelação e não poderá ensejar a retratação pelo juízo “*a quo*”;
- e) a decisão que indefere de imediato a petição inicial tem natureza de decisão interlocutória, comporta agravo de instrumento e poderá ensejar a retratação pelo juízo “*a quo*”;

29. Consideradas as recentes inovações havidas no CPC, analise as proposições dadas, apontando a seguir a alternativa CORRETA:

- I - O juiz pronunciará, de ofício, a prescrição.
- II - Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

- III - Na exceção de incompetência relativa, a petição pode ser protocolizada no juízo de domicílio do réu, com requerimento de sua imediata remessa ao juízo que determinou a citação.
- IV - Contra o revel, que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos a partir da intimação pessoal de cada ato decisório. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- a) Todas as proposições estão corretas;
 - b) Apenas a proposição I está incorreta;
 - c) Apenas a proposição II está incorreta;
 - d) Apenas a proposição III está incorreta;
 - e) Apenas a proposição IV está incorreta;

30. O oficial de justiça, na execução por quantia certa contra devedor solvente, de título extrajudicial, não encontrando o executado para a citação:

- a) devolverá o mandado ao cartório, visto que, na hipótese, a citação será feita por edital;
- b) arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução, devolvendo o mandado em seguida para que o executado seja citado por edital;
- c) penhorar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução, devolvendo o mandado em seguida, para que o executado seja citado por edital;
- d) arrestar-lhe-á tantos bens quanto bastem para garantir a execução, procurando-o nos dez (10) dias seguintes e por 03 (três) vezes em dias distintos após a efetivação do arresto; não o encontrando, certificará o ocorrido;
- e) penhorar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução, procurando-o por 03 (três) vezes nos dias subseqüentes; não o encontrando, certificará o ocorrido.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. Em relação ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, analise as proposições abaixo, apontando em seguida a alternativa CORRETA:

- I - A reversão é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, decorrente de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- II - É de 30 (trinta) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- III - Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 44 (quarenta e quatro) horas e observados os limites mínimo e máximo de 06 (seis) horas e 08 (oito) horas, respectivamente, em 06 dias da semana.

IV - Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais considerados insalubres, fazem jus a um adicional, que é calculado tendo por base o salário mínimo vigente.

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) Todas as alternativas estão incorretas;
- c) Apenas a alternativa IV está incorreta;
- d) Apenas a alternativa II está correta;
- e) Apenas as alternativas II e III estão corretas.

32. A Constituição Federal prevê expressamente, que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, obedecerá aos princípios de:

- a) legalidade, impessoalidade, competência, moralidade, publicidade e eficiência;
- b) proporcionalidade, eficiência, motivação, moralidade, publicidade e legalidade;
- c) legalidade, razoabilidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- d) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- e) motivação, legalidade, conveniência, moralidade, publicidade e eficiência.

33. Analise as proposições dadas:

I - Em relação aos poderes da administração, mesmo nos atos praticados no exercício do poder discricionário, há certos aspectos ou elementos do ato que são vinculados.

II - A competência administrativa de invalidação de ato administrativo viciado é vinculativa, exigindo a presença dos requisitos conveniência e oportunidade.

III - Ato administrativo inválido que admite a convalidação é aquele cujo conteúdo não é atingido pelo vício, permitindo a preservação de seus efeitos jurídicos mediante a expedição de outro ato administrativo.

IV - A revogação do ato administrativo opera efeito *ex nunc*; a anulação, efeito *ex tunc*.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) apenas as proposições I, II e IV estão corretas;
- c) apenas a proposição IV está incorreta;
- d) apenas a proposição I está correta;
- e) apenas a proposição II está incorreta.

34. Ato de improbidade administrativa. Aponte a alternativa INCORRETA:

- a) o ato de improbidade administrativa, além das conseqüências criminais, pode implicar, concomitantemente, a suspensão dos direitos políticos, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento dos danos causados ao erário;

- b) Em ação civil de improbidade administrativa, o Juiz não pode decretar a perda do mandato parlamentar; nada impede, contudo, que se imponha a pena de suspensão dos direitos políticos;
- c) As sanções consistentes na perda de bens, suspensão dos direitos políticos e perda da função pública, todas previstas na lei de improbidade, dependem para a sua aplicação de sentença condenatória no processo criminal;
- d) A proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos, são algumas das sanções previstas para o responsável pelo ato de improbidade administrativa;
- e) A extensão do dano, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente, serão levados em conta, pelo juiz, na fixação das penas previstas na lei de improbidade administrativa.

35. Discricionariedade, auto-executoriedade e coercibilidade podem ser apontados como:

- a) atributos do poder de polícia;
- b) requisitos do ato administrativo em geral;
- c) elementos do ato administrativo em geral;
- d) pré-requisitos dos atos vinculados;
- e) pré-requisitos dos atos discricionários.

36. Uma determinada autoridade administrativa, de um certo setor de fiscalização do Estado, ao verificar que o seu subordinado havia sido tolerante com o administrado incurso em infração regulamentar, da sua área de atuação funcional, resolveu avocar o caso e agravar a penalidade aplicada, no uso da sua competência legal, tem este seu procedimento enquadrado no regular exercício dos seus poderes:

- a) disciplinar e vinculado;
- b) discricionário e regulamentar;
- c) hierárquico e de polícia;
- d) regulamentar e discricionário;
- e) vinculado e discricionário.

37. Dadas as proposições, aponte abaixo a alternativa CORRETA:

- I - A revogação ou a modificação do ato administrativo deve obedecer à mesma forma do ato originário.
- II - No ato administrativo discricionário, o desvio de poder está imune ao controle do Poder Judiciário.
- III - A “Teoria dos Motivos Determinantes” expressa, em síntese, que o motivo do ato administrativo deve evidenciar compatibilidade com a situação fática que o originou.

IV - Anulado o ato administrativo, gera efeitos *ex nunc*, o que impede de continuar produzir efeitos, respeitando-se, porém, as situações já consolidadas.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) apenas as proposições I, II e IV estão corretas;
- c) apenas as proposições III e IV estão corretas;
- d) apenas as proposições I e III estão corretas;
- e) apenas a proposição II está incorreta.

38. Dadas as proposições, aponte abaixo a alternativa CORRETA:

I - Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

II - Servidor público da administração autárquica e fundacional, quando investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo ou emprego, não sendo possível optar pelo vencimento do cargo que ocupava.

III - A absolvição criminal do servidor público, pela prática de delito funcional, afasta sempre sua responsabilidade administrativa.

IV - A motivação da punição disciplinar é sempre indispensável à validade da pena aplicada.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) apenas as proposições I e IV estão corretas;
- c) apenas as proposições II e III estão corretas;
- d) apenas as proposições I e III estão corretas;
- e) apenas as proposições II e IV estão corretas.

39. Ao processo pelo qual um bem público de uso comum transforma-se em bem dominical, denomina-se:

- a) desvinculação;
- b) desapropriação;
- c) tombamento;
- d) desalienação;
- e) desafetação.

40. Uma medida de ordem geral não diretamente relacionada com o contrato, mas nele repercutindo, provocando desequilíbrio econômico-financeiro em desfavor do contratado, é chamado pela doutrina de:

- a) desvio de poder;
- b) fato da administração;

- c) cláusula exorbitante;
- d) fato do príncipe;
- e) cláusula *rebus sic stantibus*.

41. O retorno do servidor público ao cargo do qual fora exonerado, com a plena restauração dos direitos violados, ensejando, inclusive, o pagamento dos vencimentos e vantagens atinentes ao período de afastamento, por força de decisão judicial, denomina-se:

- a) readmissão;
- b) recondução;
- c) recontratação;
- d) reversão;
- e) reintegração.

DIREITO PENAL

42. Diretor de Secretaria recebe valores em dinheiro, repassados pelo TRT, para fazer frente às despesas emergenciais da Vara, retarda a entrega de prestação de contas para encobrir seu próprio desfalque. Pratica o crime de:

- a) apropriação indébita;
- b) sonegação de documentos;
- c) corrupção passiva;
- d) peculato;
- e) prevaricação.

43. Com relação ao crime consistente em deixar de recolher contribuição previdenciária, ou importância, descontadas do pagamento feito aos segurados, a terceiros ou arrecadadas do público (art. 168/A, § 1º, I, do Código Penal), pode-se afirmar corretamente que se extingue a punibilidade:

- a) quando, antes do início da ação fiscal, o agente, espontaneamente, declare e confesse a dívida previdenciária, desde que o pagamento se efetue antes do oferecimento da denúncia;
- b) quando, antes do início da ação fiscal, o agente, espontaneamente, confesse e efetue o pagamento das contribuições e valores devidos e, ainda, preste as informações devidas à Previdência Social;
- c) quando o agente, após o início da ação fiscal, deposite pelo menos a metade do total das contribuições devidas, inclusive os acessórios;
- d) quando, após o início da ação fiscal, e antes do oferecimento da denúncia, o agente efetue o pagamento da contribuição social previdenciária devida, inclusive os acessórios;
- e) quando o agente, espontaneamente, confesse e pague a dívida previdenciária, e, ainda, preste as informações devidas à Previdência Social, desde que antes da sentença condenatória.

44. Sobre os crimes contra a honra é CORRETO afirmar:

- a) Calúnia praticada contra pessoa morta constitui crime impossível;
- b) Injúria é a imputação a alguém de fato ofensivo a sua reputação;
- c) O querelado que, antes do recebimento da denúncia, se retrata cabalmente da calúnia ou da difamação, fica isento de pena;
- d) A injúria real admite concurso com o crime de lesões corporais;
- e) Na calúnia, a exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

45. É CORRETO afirmar que a pessoa jurídica, na qualidade de sujeito ativo, pode ser denunciada, processada e condenada criminalmente por crime:

- a) ambiental;
- b) de corrupção ativa e passiva;
- c) de lavagem de dinheiro;
- d) falimentar;
- e) de imprensa.

46. Sobre as excludentes de ilicitude é CORRETO afirmar:

- a) A pessoa detentora de dever contratual de enfrentar o perigo pode alegar o estado de necessidade;
- b) Admite-se a legítima defesa em relação à agressão passada;
- c) O estado de necessidade não guarda pontos comuns com a legítima defesa;
- d) Admite-se a legítima defesa apenas para defesa de direito próprio;
- e) A defesa da posse, pelo desforço imediato, após a consumação do esbulho, constitui hipótese de legítima defesa;

47. Uma das testemunhas ouvidas em juízo, compareceu na Secretaria da Vara do Trabalho e pediu para se retratar do depoimento prestado em dias anteriores, se dizendo arrependida, eis que falseara deliberadamente a verdade. Para fins de extinção da punibilidade no juízo criminal, é CORRETO afirmar:

- a) A testemunha poderá se retratar após a sentença trabalhista declarar que houve falso testemunho até antes do oferecimento da denúncia no juízo criminal;
- b) A testemunha não pode mais se retratar, eis que o crime de falso testemunho ficou caracterizado no momento de em que ela falseou a verdade, estando compromissada a dizer a verdade;
- c) A testemunha não pode ainda se retratar pelo fato de que não sabe se será declarado, na sentença trabalhista, que houve falso testemunho;
- d) A testemunha pode se retratar, mas somente antes do Juiz do Trabalho proferir a sentença;
- e) No juízo trabalhista não cabe mais a retratação, faculdade que poderá ser exercida no juízo criminal até antes do oferecimento da denúncia.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

48. Indepe de carência, a concessão de:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria por tempo de serviço;
- c) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez;
- d) auxílio-doença, desde que, após filiar-se ao Regime Geral, o segurado for acometido por neoplasia maligna;
- e) As alternativas “a”, “c” e “d” estão corretas

49. Qual das parcelas integra o salário-de-contribuição?

- a) férias indenizadas;
- b) aviso prévio indenizado;
- c) décimo terceiro salário;
- d) diárias para viagens não excedentes a 50% da remuneração mensal;
- e) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

50. Dadas as proposições, aponte abaixo a alternativa CORRETA:

I - O salário-de-contribuição relativo ao contribuinte individual é a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês, observados os limites mínimos e máximos previstos na legislação.

II - O salário-maternidade não é considerado salário-de-contribuição.

III - São isentas de contribuição para a Seguridade Social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

IV - É segurado facultativo o menor de quatorze anos de idade que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição.

- a) todas as proposições estão corretas;
- b) apenas as proposições I e IV estão corretas;
- c) apenas as proposições II e III estão corretas;
- d) apenas as proposições I e III estão corretas;
- e) apenas as proposições II e IV estão corretas.